

culares entre si, assim como em relação às outras coordenadas métricas. Aliás, segundo um teorema de M. H. A. Newman, o nosso espaço, o da "nossa" matéria, tem *dois tempos*, entre si perpendiculares (e existem de descrever o nosso mundo material com tôdas as cinco dimensões que então teríamos, isto é, as três dimensões métricas e os dois tempos). (M.H.A. Newman, *Journal of the London Mathem. Society*, 7, 1932, p.92, 272). Todavia não temos nenhuma experiência dêste "segundo" tempo, ou porque não existe (o que não é possível) ou porque êle não varia, como o nosso tempo não varia para a luz, ou, como alguns estão sugerindo, porque êle varia com extrema lentidão. Sôbre êste assunto não acrescentemos mais nada, e sômente queremos frizar que, embaixo desta experiência tão "simples" e tão misteriosa que é o tempo, se escondem alguns dos maiores segredos da natureza.

## 12) *Observação*

A fenomenologia do tempo é ligada também ao problema Cosmológico e Cosmogônico, que aqui não tratamos por motivos de brevidade, mas talvez seja objeto de outro artigo.

# A DINÂMICA DO POVOAMENTO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO MARANHÃO

Manuel Correia de Andrade

## I — *A conquista e o povoamento*

Oficialmente, só no século XVII o Maranhão entrou para a história do Brasil. No primeiro século de vida brasileira êle teve as suas costas perlustradas pelo precursores de Cabral — Alonso de Hojeda, Vicente Pinzon e Diego de Lepe — e por navegadores que se aventuravam pela costa Norte do país, explorando-a ou procurando uma passagem para o Peru.

As tentativas de colonização por ocasião da divisão da América Portuguesa em capitânicas hereditárias fracassaram, o Maranhão permaneceu por mais de um século esquecido, apenas como palco da disputa entre entrélopes e traficantes que comerciavam com os índios, levando para a Europa os produtos tropicais (1). O vantajoso comércio de pau Brasil era, aí, menos abundante que no Nordeste Oriental, mas ainda encontrado em proporções ponderáveis, ao lado de produtos da região, como o algodão, o ambar, as madeiras, etc. Para êste comércio a que se dedicavam sobretudo os franceses, não necessitaram certamente de fundar colônias. Essas, implicando no êmprêgo de muito trabalho e de capitais vultosos, seriam difficilmente deslocadas para outros lugares quando os recursos

(1) Esta suposição decorre de informações obtidas em Abbeville, Claude d' — em *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, pág. 52 — Biblioteca Histórica Brasileira. Livraria Martins Editora — São Paulo. s/d e Lisboa, João Francisco em *Apontamentos, Notícias e Observações para servirem a História do Maranhão*, pág. 72 em *Obras*. 2.º volume — São Luís do Maranhão, 1865.

locais se esgotassem. Além disto, atrairiam a atenção dos portugueses, senhores da terra pelo Tratado de Tordesilhas e, desde a quarta década do século XVI, preocupados em semear de povoações as extensas costas da sua imensa colônia. Até os fins do século XVII — 1600 — porém, era a cidade de Natal o mais setentrional centro de povoamento português na costa do Brasil.

Os franceses negociavam com os índios e obtinham destes os valiosos produtos tropicais em troca de mercadorias cistosas e pouco valiosas da Europa, auferindo grandes lucros. Deixavam na costa uns poucos aventureiros sequiosos de riquezas e de aventuras que aí permaneciam até o regresso da embarcação, aprendendo a língua, os costumes e adquirindo e armazenando as mercadorias que seriam embarcadas na viagem seguinte. Esgotados os recursos das áreas vizinhas àquela feitoria, dirigiam-se a outros pontos ainda pouco explorados. Sabendo da luta que mais cedo ou mais tarde teriam que travar com os portugueses para manter essas terras, trataram os franceses de cortejar e dar bom tratamento aos tupinambás — índios que habitavam a costa maranhense — a fim de contar com os mesmos nessa luta. (2)

Os rendimentos oferecidos pela costa maranhense, o fracasso da colônia fundada por Villegaignon no Rio de Janeiro e o desejo de expansão colonial da França no início do século XVII, levaram os franceses, com apóio do seu Governo, a desejar estabelecer uma colônia na costa setentrional do Brasil e fundar o que chamaram de França Equinocial. Por isto, em 1612, estabelecia-se na ilha do Maranhão, entre a foz do rio Anil e a do Bacanga, uma expedição francesa sob o comando de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière. Aí, uma frota de três navios transportando cerca de quinhentos homens de mar e guerra (3) se estabeleceu a 12 de agosto e tratou de construir a cidade de São Luís, cujo nome foi escolhido em homenagem ao Rei de França.

(2) Berredo — Anaes Históricas. Tomo I. Terceira Edição, pág. 56. Typographia Barbera. Florença, 1905.

(3) Berredo — Obra citada. Tomo I, pág. 51 e Viveiro, Jeronimo de — História do Comércio do Maranhão, 1612-1895, vol. I pág. 7. Edição da Associação Comercial do Maranhão, São Luís, 1954.

Dando bom tratamento aos indígenas, conseguiram os franceses manter a simpatia e o entendimento já existentes, contando com a colaboração dos mesmos na construção da nova cidade que, inicialmente, não passava de um aglomerado de palhoças.

Ainda prestariam êles inestimáveis serviços aos novos colonizadores, coletando os produtos da floresta para a realização do escambo e, posteriormente, combatendo ao lado dos franceses contra os portugueses. Não se limitaram os franceses, conforme depoimento do próprio D'Abbeville (4), de desenvolver a extração dos produtos da terra como nos primeiros tempos, comerciando o pau brasil, as madeiras, o bálsamo, o ambar e o jaspe verde, mas observaram e incentivaram a agricultura indígena do fumo, do milho, da mandioca, do algodão e da pimenta.

A localização da sede da colônia francesa era a que melhor podia servir aos novos conquistadores. A ilha, embora separada do continente ao Sul por um estreito canal, era mais facilmente defendida do que o próprio continente e se situava no centro de um golfo para onde convergiam as amplas bacias do Itapicuru e do Mearim, esta última acrescida por dois grandes afluentes então desconhecidos, o Grajaú e o Pindaré. Para o Oeste estendia-se a recortada costa que confina com o Pará, em zona muito úmida e cheia de florestas, de onde os franceses certamente esperavam tirar grandes riquezas e a Leste a longa costa arenosa oferecia salinas e campos onde com o aumento da população poderia ser feita a criação de gado.

Pouca duração teve, porém, a França Equinocial; a civilização portuguesa plantada em Olinda por Duarte Coelho, se desenvolvia de tal forma e apresentava tanta capacidade de expansão que a partir de 1850, vencera os índios e expulsara os traficantes franceses da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e em 1615 se via em condições de expulsar também os franceses do Maranhão. Assim, em uma memorável arrancada para o Norte, os habitantes de Pernambuco, auxiliados por fôrças do Reino, conseguiram, em menos de 35 anos, prática-

(4) Berredo — Obra citada — págs. 161 e 162.

mente conquistar e integrar na civilização portuguesa toda a costa setentrional do Brasil (5). Essa expansão tanto animou o Governo Português que em 1621 êle separava a costa Norte do resto da colônia, passando a mesma a formar o Estado do Maranhão e Grão Pará e a terna pequena cidade fundada pelos franceses a sua capital.

Conquistado o Maranhão, tratou D. Alexandre de Moura de organizar a conquista, entregando o governo da mesma a Jerônimo de Albuquerque que aliava ao fato de ser um valeroso capitão, a sua qualidade de mameluco, podendo, assim, não só se fazer respeitar, como também melhor compreender os indígenas que necessitavam ser pacificados. A metrópole tratou de enviar levas de colonos que deveriam explorar as terras reconquistadas, com a finalidade de exportar produtos tropicais para a Europa. A essa altura, outra não podia ser a preocupação dos colonizadores europeus que esperavam encontrar solos muito férteis, impressionados que estavam com a punjança da floresta equatorial, e mão de obra abundante que pudesse ser posta a trabalhar para carregar as náus que levariam à Europa as riquezas produzidas.

A nova colônia, porém, não prosperou rapidamente; as dificuldades de comunicações com a Europa eram grandes devido à direção dos ventos e das correntes marítimas; além disso, a produção dos primeiros tempos era pequena. Na realidade, a escravização do indígena a que dedicaram os portugueses, levando a guerra sem piedade às aldeias nativas, reduzindo os mesmos aos duros trabalhos do campo, levou os selvagens a reagir, a lutar defendendo as suas terras e a sua liberdade. Essas lutas se desenrolaram por mais de um século e ainda em 1720 os indígenas chegavam a fazer incursões na própria ilha pondo mesmo em perigo a capital. A caça ao índio e a luta com o mesmo tornaram-se uma constante na vida do maranhense, sendo o aprisionamento do gentio um grande negócio, sendo o mesmo usado tanto nas lavouras da Capitania como exportado para outras mais prósperas, como Pernambuco. Assim, quando os holandeses conquistaram esta capitania encontraram os canaviais

(5) Andrade, Manuel Correia de — A Economia Pernambucana no Século XVI págs. 63 e 64. Arquivo Público Estadual. Recife, 1962.

aí existentes trabalhados por três classes de escravos: os índios locais, os negros africanos e os índios do Maranhão (6). Talvez a necessidade de braços para a lavoura canavieira tenha levado os batavos a expandir a sua conquista pelo Ceará e Maranhão, onde tiveram domínio efêmero.

Essa luta possibilitou a formação de entradas que se distanciavam da costa a procura do gentio, realizando o devassamento do interior, porém dificultou naturalmente a progressão do povoamento. Na realidade, o entradista distanciava-se da costa, preava o índio e a ela retornava para vender a sua mercadoria, deixando o Sertão despovoado. O agricultor ou o criador de gado, por sua vez, procurava ficar próximo à costa, não se distanciando da mesma ou do trecho navegado dos rios, a fim de conseguir evacuar facilmente a sua produção e também temendo os frequentes ataques dos indígenas. Por isto, um século após a conquista, como testemunha ativo viajante (7), o povoamento se estendia apenas em tórno das bacias de São Marcos e de São José, ocupando a ilha do Maranhão, espraiando-se pelo continente ao Nordeste, onde se situava a vila de Alcântara, nos baixos cursos do Grajaú, do Pindaré e do Mearim, onde havia fazendas de gado, e ainda nas várzeas da baixada do Itapicum e Munim, em cuja foz se erguia a vila de Icatu. Era um modesto povoamento para um século de colonização.

Entre as principais atividades econômicas destacavam-se a cultura da cana destinada à fabricação do açúcar e da aguardente. Para isto existiam, então, dois engenhos e seis "molinetes" de aguardente na ilha, seis em Alcântara, três no Mearim, seis no Itapicuru, três no Munim e dois no Gurupi. Assim, havia na Capitania cerca de vinte engenhos, destacando-se o vale do Itapicuru e a região do Alcântara como prin-

(6) van der Dussen, Adrien — Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639), pág. 91. Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro, 1947. Ver também Andrade, Manuel Correia de — em A Terra e o Homem no Nordeste, pág. 64. Editora Brasiliense, São Paulo, 1963.

(7) Heriarto, Maurício de — Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corujá e o rio das Amazonas, pág. 10. Imprensa do filho de Carlos Gerold, Viena d'Austria, 1874.

cipais centros produtores. Todo o Estado tinha nesse ano, segundo Berredo (8), cêrca de 1378 vizinhos. Ao lado da atividade canavieira destaca-se a pecuária bovina na baixada em tôrno do golfão, a cultura do fumo na ilha, havendo também abundância de frutas, de mantimentos de madeiras de qualidade.

O grande problema com que se defrontava a população era o indígena que infestava tôda a área e lutava com os colonizadores, tirando-lhes muitas vêzes a vida e destruindo as propriedades. Estes, por sua vez, impiedosos, faziam constantes guerras aos selvagens, capturando-os para escravizá-los. Em verdade, prear índios era o negócio mais rendoso na Capitania, de vez que, organizando estradas, prendendo índios nas selvas e trazendo-os para o litoral, não dispendiam de grandes cabedais e vendendo-os aos agricultores até a trinta mil reis por cabeça, proporcionava-lhes um lucro às vêzes de 1.000% (9)

A captura do índio provocaria na primeira metade do século XVIII, em uma comunidade formada por pequena população e meio isolada — era pequeno o número de navios que aportava ao Maranhão em cada ano — uma séria luta entre colonos e jesuítas. Os primeiros não podiam comprar escravos pois, produzindo artigos a serem consumidos na própria região, devido às dificuldades de exportação, não dispunham de moedas e usavam certos produtos vegetais — o algodão e o cacau, por exemplo — como unidade de valor.

Se não escravizassem os índios não disporiã de braços para o trabalho. Os jesuítas, porém, consideravam as entradas prejudiciais à catequese, uma vez que utilizavam o indígena no trabalho de suas terras e essas entradas iriam privá-los dos braços que garantiam a manutenção e o desenvolvimento dos trabalhos da Companhia no Norte do Brasil. (10)

Para incrementar a exportação dos produtos do Maranhão e atender às reclamações dos moradores de que os navios da

(8) Viveiros, Jeronimo de — Obra citada, pág. 63.

(9) Viveiros, Jerônimo de Obra citada, pág. 27.

(10) Azevedo, João Lúcio de — O Marques de Pombal e sua época, pág. 152 e segs. Livraria Clássica Editora, Lisboa 1909, e Viveiros, Jeronimo de — Obra citada, págs. 45 e segs.

Metrópole demoravam a aí aparecer, o Govêrno português criou a Companhia de Comércio com a finalidade de organizar fro-tas que fôssem ao Maranhão e ao Pará levando mercadorias da Metrópole e trouxessem para esta as da Colônia. Ao lado do contrôle do comércio do Maranhão, cabia à Companhia, nos vinte anos em que devia operar, introduzir 10.000 africanos, contribuindo, assim, para substituir o braço indígena pelo do negro. Os preços pagos pela Companhia monopolista pelos produtos da terra eram baixos, enquanto os cobrados pelos produtos que vendiam eram elevados, contribuindo para empobrecer ainda mais a população. Ao mesmo tempo, a prepotência com que agiam os agentes da Companhia, aliados aos Governadores, levavam os colonos à miséria, à insegurança e à revolta, provocando em fevereiro de 1684 (11), o levante chefiado por Manuel Bequimão.

## 2 -- O desenvolvimento da agricultura

No século XVIII completa transformação se processaria na economia maranhense com a organização dada ao mundo português pelo Marquês de Pombal. Compreendendo as possibilidades econômicas do Norte do Brasil e desejando dinamizar a exploração da mesma, colocou no Govêrno do Estado do Grão Pará e Maranhão o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado e criou uma Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1756. A posterior expulsão dos jesuítas tirava aos índios a proteção que dêsses recebia e afastava dos colonos os seus mais temíveis inimigos.

Para a Colônia a nova Companhia foi de grande utilidade, de vez que passou a oferecer transporte para a Europa e possibilitou a exportação dos produtos da terra. — A introdução de escravos negros iria permitir que as culturas de algodão, de arroz e, posteriormente, de cana de açúcar, ocupassem as terras férteis mais próximas dos grandes rios e viessem competir na economia maranhense com a pecuária e a indústria extrativa.

(11) Amaral, Prof. J. Ribeiro do — Ephemerides Maranhenses 1a. parte (1499-1823) Typogravura Teixeira, Maranhão, 1923.

Para organizar a economia maranhense de forma produtiva, procurou a Companhia, através do seu administrador José Vieira da Silva, tomar uma série de medidas de grande importância como: introdução de escravos africanos e fornecimento de crédito aos colonos não só para a aquisição destes como para estabelecimento de campos de cultura, introdução de sementes de arroz e algodão de melhor qualidade a fim de obter um aumento quantitativo e qualitativo da produção; organização de uma criteriosa política de preços para a aquisição dos produtos da terra e venda dos produtos europeus e o estabelecimento de um sistema de navegação para o Reino que permitisse a exportação no tempo oportuno dos produtos da terra.

Essa organização se dava quando a Europa começava a interessar-se na aquisição do algodão que iria competir com outras fibras na fabricação de tecidos e cujo mercado se expandiria cada vez mais com a revolução industrial. A expansão da cultura e o aumento da produção do algodão e do arroz teriam consequências que marcariam consideravelmente o Maranhão tornando-o nas últimas décadas do período colonial, uma das áreas mais prósperas e ricas da América Portuguesa. Assim, ao chegar a Independência, a área de povoamento se expandia alcançando o alto Itapicuru, onde o povoamento do Norte alcançou o do Sul, oriundo da Bahia, o baixo Pindaré, onde se fundaram duas vilas — Viana e Monção — enquanto no litoral surgiam vilas como Guimarães. (12)

A área ocupada era enorme, se comparada com a população, pois a sede de novas terras era uma das características da agricultura maranhense desde os primeiros tempos e já no início do século passado os estudiosos que escreveram sobre o Estado salientavam (13) que a atividade agrícola era extremamente predatória. O agricultor queimava a mata e fazia a

(12) Gama, Bernardo José da — Informação sobre a Capitania do Maranhão dada em 1813 — pág. 10. Imprensa do filho de Carlos Gerold, Vienna d'Austria, 1872.

(13) Gama, Bernardo José da — Obra citada pág. 17 e Lago, Antônio Bernardino Pereira do — Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão — pág. 20 Typ. da Academia Real das Sciencias. Lisboa, 1822.

roça; após a colheita não voltava a cultivar a área desmatada, nem estabelecia aí outra forma de exploração econômica condizente com as condições naturais, como a pecuária. Simplesmente abandonava o roçado à capoeira e ao babaçual que logo se expandiam e tratava de avançar, derrubar novo trecho da floresta e fazer novo plantio. Por isso, já em 1813, Bernardo José da Gama clamava contra o sistema, sem compreender que este era determinado pelas condições edáficas e lastimava que as áreas em torno às povoações estivessem abandonadas e que os campos de cultura se localizassem a grande distância, às vezes a mais de cem léguas da Capital.

A composição étnica também sofreria uma ponderável modificação. Aos grupos brancos e indígenas se juntaria o negro que iria com eles se mesclar largamente, expandindo-se sobretudo no vale do Itapicuru que por ter clima menos úmido seria aquele onde se desenvolveria a cultura do algodão atraindo, conseqüentemente, a mão de obra. O fato marcou tanto a região que "o algodão apesar de branco, tornou preto o Maranhão". (14)

A economia maranhense que se mantivera até a primeira metade do século XVIII dedicada ao auto-abastecimento e onde, até então, havia uma quase ausência da moeda, voltou-se para o mercado externo e em poucos anos tornou-se famosa por suas exportações de algodão e de arroz. A vez do açúcar só chegaria após a independência.

A quantidade de dinheiro que passou a penetrar no Maranhão crescia de ano para ano, de vez que iniciada a exportação do algodão pela Companhia em 1769, com apenas 130 sacas, viu essa quantidade crescer de ano para ano, até atingir 29.799 sacas em 1800 quando era, depois de Pernambuco, o maior exportador de algodão da América Portuguesa. O arroz, embora tivesse sempre uma contribuição muito menos valiosa que o algodão, teve também um crescimento espantoso após a introdução de sementes da Carolina e a instalação de fábricas de beneficiamento, a ponto de sua exportação ter sido iniciada, provavelmente, em 1766 com 2.847 arrobas e ascender a 102.944 arrobas oito anos depois, em 1774, para

(14) Prado Júnior, Caio — História Econômica do Brasil, pág. 84, 4a. edição, Editora Brasiliense Limitada. S. Paulo 1956.

alcançar 360.000 arrobas no último ano da atuação da Companhia (1777).

O couro seria a terceira riqueza do Maranhão no século XVIII e a sua exportação subiu de 21.810 peles em 1760 para 31.625 em 1767, decaindo daí em diante a ponto de resumir-se em 1771 a apenas 11.460 peles. A participação do couro no desenvolvimento do comércio maranhense foi consequência direta do estabelecimento de comunicações entre o Norte do Maranhão, povoado em virtude da luta com os franceses, e o Sul, desbravado e ocupado por vaqueiros baianos. E se a facilidade de comunicações não redundou numa completa captura do Sul, que continuou a enviar seu gado para a Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pelo Norte, fêz pelo menos com que parte do gado descesse pelo rio Parnaíba para a cidade dêste nome e para São Luís através das estradas que seguiam os rios Itapicuru e Grajaú-Mearim, esta aberta no século XIX por Bernardo José da Gama <sup>(15)</sup>.

Na realidade, o Sul era um outro Maranhão pelas suas condições naturais, pelo seu povoamento e pelas atividades econômicas dominantes. Assim, enquanto o povoamento se processava vagarosamente no litoral, o Sul era atingido no início do sé-  
giu e transpôs o São Francisco povoando os sertões do Piauí. vagarosamente no litoral, o Sul era atingido no início do século <sup>(16)</sup> pela corrente de povoadores que tangendo gado, atingiu e transpôs o São Francisco povoando os sertões do Piauí. Após a conquista dêste Estado, transpuzeram o Parnaíba e ocuparam as pastagens que se estendiam em sua margem esquerda, onde fundaram Pastos Bons. Êsse trecho, porém, se manteria por muito tempo ligado a Bahia para onde remetia o gado e vivia no maior isolamento aquela "civilização do couro" de que fala Capistrano de Abreu. Só quando apareceram as "oficinas" de fabricação de carne sêca, trazendo grandes vantagens aos criadores de gado da região, que abate-  
tendo os animais, ganhavam muitas arrobas de carne perdi-

(15) Gama Bernardo José da — Obra citada, págs. 16-17.

(16) Marques, Cesar Augusto — Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, pág. 440, Typ. do Frias. Maranhão, 1870.

das nas longas caminhadas, é que foram abertas as comunicações entre essa área e a foz do Parnaíba. As primeiras charqueadas foram fundadas em 1770 pelo negociante João Paulo Diniz na margem do Parnaíba, a 80 léguas da foz, onde o gado do Sertão maranhense e piauiense era abatido e transformado em carne sêca que descia o rio em embarcações até a vila de São João da Barra na foz, de onde era remetida para os principais centros produtores. <sup>(17)</sup> Essa indústria seria pouco a pouco liquidada pelas sêcas periódicas que dizimavam o rebanho nordestino e que terminariam por extingui-la completamente nos últimos anos do século XVIII. <sup>(18)</sup>

O século XIX iniciou-se em próspera situação econômica, situação que aumentou consideravelmente após 1808, quando o príncipe Regente, fugindo a Napoleão, estabeleceu-se no Rio de Janeiro abriu os portos do Brasil às nações amigas. Foi nessa época que o surto algodoeiro tomou maiores proporções e o Maranhão atraiu a atenção dos ingleses, apesar de ser êsse produto inferior ao pernambucano. Após o tratado de 1810 que estabelecia uma série de privilégios em favor dos súditos britânicos, privilégios que eram até prejudiciais aos portugueses, estabeleceu-se uma importante colônia inglesa em São Luís dedicada ao comércio do algodão.

Êsse comércio com a Europa e a presença de europeus em São Luís fizeram com que os habitantes da terra fôssem assimilando hábitos de luxo e de conforto e, dispondo de capitais, passassem a importar mercadorias européias que no século XVIII não chegavam a São Luís. Como ocorreu em todo o Brasil, a abertura dos portos aumentou consideravelmente a exportação, elevou o preço dos produtos da terra e deu um certo alento à economia brasileira, mas em compensação, aumentou muito as despesas com importação.

O enriquecimento atingiria, porém, apenas as classes privilegiadas, os comerciantes e proprietários de terra, ao mes-

(17) Roteiro do Maranhão a Goiás. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte I, pág. 64. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1900.

(18) Girão, Raimundo — Pequena História do Ceará, pág. 97. Editora A. Batista Fontenele. Fortaleza, 1953.

mo tempo que aumentava a população escrava e de pessoas livres e pobres que praticamente não participavam da distribuição das rendas da capitania. Na própria cidade de São Luís, os desníveis sociais eram muito acentuados (19) e no interior era considerável a população escrava. Os escravos viviam em fazendas, alimentando-se principalmente de arroz e recebendo um tratamento tão rigoroso que em Pernambuco costumava-se vender para o Maranhão os negros incorrigíveis. Chegava a constituir uma ameaça muito temida pelos escravos nos canaviais pernambucanos, a de exportá-los para o Maranhão ou Pará. (20) Daí a formação desde o século XVIII, de quilombos, aí chamados "mucambos". Mucambos que se localizavam sempre na porção Oeste, na área de floresta equatorial — Turiaçu, Viana, Pinheiro, Alcantara, Guimarães, Maracassumé — onde os negros, julgavam-se protegidos pela floresta em que se embrenhavam, pois tornava-se mais difícil aos capitães de mato encontrá-los e destruí-los. (21)

Na realidade, as diferenças sociais e econômicas existentes entre as camadas mais ricas e mais pobres e as facilidades de aquisição de alimentos em uma área de floresta onde abundava a caça, a pesca e produtos alimentícios vegetais, formaram na plebe maranhense um espírito de independência que possibilitou a sua participação nas lutas pela independência, contrariando os interesses dos altos comerciantes de São Luís (22) e que realizasse dez anos depois a epopéia da Balaiada.

### 3 — A independência e a economia maranhense no século XIX e no início do século XX.

Os historiadores são unânimes em salientar o desenvolvimento que ocorreu no Maranhão na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, graças à ação da Companhia

(19) Gama, Bernardo José da — Obra citada, pág. 13.

(20) Koster, Henry — Viagens ao Nordeste do Brasil, pág. 526. Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1942.

(21) Viveiros, Jerônimo de — Obra citada, pág. 88.

(22) Quase todos os autores que estudaram a guerra da Independência no Maranhão assim pensam. Astolfo Sena em A Balaiada, afirma textualmente o caráter popular desta luta à pág. 123.

criada por Pombal, mas não salientam, baseados em depoimentos de contemporâneos, que quase toda a renda advinda deste desenvolvimento ficava concentrada em mãos de uma minoria insignificante. O progresso consistiu apenas numa ampliação da área cultivada, num aumento de população e de produção de certos artigos tropicais, o algodão e o arroz, sobretudo. Em função disto, apenas uma minoria de comerciantes — ingleses e portugueses, sobretudo, — estabelecidos em São Luís e em Caxias e um pequeno grupo de grandes proprietários se beneficiariam do lucro advindo do crescimento da exportação e poderiam elevar o nível de vida, melhorar as condições de conforto e enviar filhos a estudar na Europa.

Garcia d'Abranches, o Censor, que viveu no Maranhão no período das lutas da Independência nos dá num dos seus estudos uma idéia da situação econômica do Maranhão num quadro bastante elucidativo.

#### QUADRO N.º I

Exportação de algodão e arroz do Maranhão de 1783 a 1820

| EXPORTANAÇÃO (ANO) | S A C O S |         |
|--------------------|-----------|---------|
|                    | ARROZ     | ALGODÃO |
| 1783               | 41.129    | 12.439  |
| 1788               | 78.358    | 16.377  |
| 1812               | 67.020    | 40.570  |
| 1815               | 70.915    | 50.757  |
| 1817               | 56.383    | 71.132  |
| 1820               | 64.736    | 66.613  |

FONTES: Espelho Crítico — Político da Província do Maranhão por um habitante da mesma província — 1822.

Observa-se, assim, que enquanto a produção de arroz que esteve em ascensão na segunda metade do século XVIII, decaiu e depois estacionou nas duas primeiras décadas do século XIX, a de algodão continuava em grande ascensão no período que precedeu à independência. Para manter este ritmo de crescimento não foram suficientes os escravos existentes na Província e entravam anualmente pelo porto de São Luís milhares de cativos africanos. Só nos oito anos que vão de 1812 a 1820, o Maranhão importou 36.456 escravos <sup>(23)</sup> o que corresponde a uma média de 4.500 por ano. A esta situação de opulência e de crescimento econômico, correspondia um instável equilíbrio social, e desta instabilidade sérios problemas surgiram para a Província. O comércio de São Luís oprimia os lavradores mais pobres, vendendo, desde a extinção da Companhia, escravos por preços elevados e juros altos. Os lavradores endividados, carentes de crédito se sujeitavam a pagar juros de dois, três e até quatro por cento ao mês, <sup>(24)</sup> que eram elevados demais para os lucros de suas plantações. Os escravos levavam uma vida miserável, sub-alimentados sujeitos a um trabalho perigoso, pois ao desbravarem as matas eram muitas vezes mordidos por cobras venenosas e vítimas de esmagamento por árvores derrubadas, e quase sempre submetidos à sanha dos feitões, de vez que os proprietários viviam distante, na cidade ou nas vilas. Grande era a quantidade de homens livres que viviam em choupanas, semi-nús, alimentando-se graças à riqueza da região, com animais silvestre e com peixes. Muitos, em certas ocasiões, participavam de bandos armados que ameaçavam a segurança das fazendas e sítios. <sup>(25)</sup> Criminosos foragidos da justiça e índios armados, faziam, às vezes, correrias pelo sertão, pondo em pânico as fazendas e vilas que para se defenderem necessitavam permanecer garantidos por gente armada. Havia, assim, no interior, uma enorme parcela da

(23) Abranches, Dunshee de — aGrcia de Abranches, o Censor (O Maranhão em 1822) pág. 113. Typographia Brazil de Rothschild & Co. São Paulo, 1922.

(24) Abranches, Dunshee de — Obra citada, pág. 118.

(25) Abranches, Dunshee de — Obra citada, págs. 126 e 127.

população vivendo miseravelmente, sem perspectiva de melhoria das condições de vida, a espera de qualquer movimento em que se engajar.

Foi então que D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Os portugueses que controlavam o comércio de São Luís e de Caxias, então os principais centros da Província, permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa, considerando o jovem Príncipe um traidor. Quando, porém, o movimento favorável à Independência se alastrou pelo Nordeste e, vitorioso no Ceará, provocou a invasão do Piauí e do Maranhão por revolucionários cearenses, encontrou a maior simpatia da população do interior. Grandes proprietários radicados no interior como Salvador Cardoso de Oliveira e homens do povo como o creoulo João Bunda <sup>(26)</sup> e Militão Bandeira de Barros, aderiram à nova causa. O apêlo popular à causa da Independência foi o mais decisivo e os composeses rudes desceram dos sertões ocupando sítios, fazendas e vilas por toda a área oriental da província. <sup>(27)</sup> O Major Fidié que abandonando o Piauí se estabeleceu em Caxias, ficou aí situado, enquanto os rebeldes desciam o vale do Itapicuru e punham em perigo a própria ilha. <sup>(28)</sup> Quando o Almirante Lord Cockrane em julho de 1823 se apresentou em frente a São Luís e intimou a Junta do Governo a aderir à causa da Independência, já os rebeldes eram senhores de quase todo o território maranhense a exceção apenas de São Luís, Alcântara e Guimarães. Em São Luís já houvera distúrbios, lutas entre partidários do Príncipe D. Pedro e partidários das Côrtes.

A adesão da Junta à nova ordem e a influência das classes ricas fizeram que com a Independência nenhuma modificação fôsse feita na estrutura econômico-social. O Brasil era, agora, um Império independente, mas a situação das classes menos favorecidas não mudara; apenas as ordens vinham do Rio de Ja-

(26) Ribeiro do Amaral, Prof. J. — Ephemerides Maranhenses — 1a. parte (1499-1823), pág. 137. Typographura Teixeira. Maranhão, 1925.

(27) Serra, Astolfo — A Balaiada, pág. 124. Biblioteca Militar, Bedeschi, Rio de Janeiro, 1946.

(28) Vieira da Silva, Dr. Luís Antônio — Historia da Independencia da Província do Maranhão (1822-1828) Typografia do Progresso. São Luís, 1826.

neiro em substituição às de Lisboa. Até os executores das ordens, os governantes, eram, no Maranhão, os mesmos. A luta política entre absolutistas e liberais era travada pela imprensa, dela participando apenas as classes mais favorecidas, pouco influindo para os mais pobres quem estivesse no poder. Para as classes menos favorecidas a revolução fôra um lôgro, a sua situação não mudara. O espírito de luta, porém, permaneceu latente, pronto a fazer eclodir no momento favorável uma revolução de maiores proporções.

Este momento surgiu no período Regencial, quando a Abdicação do Imperador e as lutas políticas na Côrte enfraqueceram o poder central. Houve, então, em todo o país, uma série de revoluções com grande penetração popular, nas quais os habitantes do interior procuraram conquistar o poder. Parecia que o Brasil procurava se encontrar a si mesmo. Esse sentimento empolgou todo o país e tivemos a Cabanagem no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas, a Sabinada na Bahia e a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul. Foram revoltas que duraram, algumas delas, vários anos, conflagraram áreas imensas que se ligaram a vários motins de menor expressão e puzeram em perigo a estabilidade do Império e a unidade nacional, mas que, salvo as duas últimas, não conseguiram grande atenção por parte dos nossos historiadores.

A Balaiada, apontada por muitos dos que sôbre ela escreveram como uma explosão de banditismo, devido à origem humilde de seus chefes e aos excessos que êles cometeram, foi, na realidade, um dos mais expressivos movimentos populares realizados neste país. (29) Para ela confluíram várias correntes de revoltados, como os negros escravos que formavam os "mucambos" liderados pelo preto Cosme, uma grande malta de perseguidos e injustiçados do médio curso do Itapicuru, liderados pelo pobre fabricante de cestos, Manuel Francisco Ferreira dos Anjos, cognominado "o Balaio" e o mestiço piauiense Raimundo Gomes que, como vaqueiro, tangendo gado, percorrera grande parte da região que posteriormente conflagrara. A êles

se juntaria um homem abastado, mas que mantinha contacto com as massas e que desceu de Pastos Bons com mais de 600 homens — Lívio Lopes. Êsses homens não tinham conhecimento necessário à organização de um govêrno nas áreas que ocupavam, não foram capazes de dar uma disciplina rígida e uma organização militar às fôrças que mobilizaram e não chegaram nem mesmo a se unir formando uma frente única que pudesse enfrentar as organizadas fôrças do Império. Sem apôio dos liberais de São Luís que temiam a liderança popular da mesma, não chegaram a ocupar a Capital e a formar um govêrno como os Cabanos fizeram no Pará. Conseguiram, porém, dominar grandes áreas da Província por meio período superior a 3 anos, ocupar centros importantes como Caxias, destruir fazendas e plantações e só cessaram de amedrontar os senhores do Maranhão quando veio da Côrte o General Lima e Silva que com a sua energia e habilidade os derrotou. Cometeram uma série enorme de crimes e de barbaridades como que a vingar os crimes e as barbaridades que eram há séculos contra êles cometidos.

A luta armada, o egoísmo desenfreado dos altos comerciantes e grandes proprietários e a ignorância generalizada, fizeram decair também aquela prosperidade parcial de que o Maranhão gozara a partir da segunda metade do século XVIII. O algodão e o arroz continuaram a ser cultivados por processos antiquados, a ser industrializados em péssimas condições e a exigir cada vez mais terras de matas virgens e braços negros. O latifúndio e a escravidão continuaram a ser uma constante na economia agrícola do Maranhão e ao grande proprietário interessava apenas uma grande produção e não uma elevada produtividade para manter elevadas as suas rendas.

Um governador inteligente e desejoso de salvar a economia da Província ainda muito abalada pelos eventos da Balaiada — Joaquim Franco de Sá — achou que uma das soluções para o problema maranhense era fazer ressurgir a cultura da cana de açúcar que florescera no início da colonização, mas que com a Companhia Geral de Comércio quase desapareceram, ante o crescimento da produção de algodão e de arroz. Para isto, introduziu sementes importadas de Caiena, estabeleceu o pagamento de sobretaxas para o açúcar importado de outras pro-

(29) Serra, Astolfo — Obra citada, págs. 135 e segs.

víncias, fêz propaganda em favor da introdução da máquina a vapor nos engenhos, em substituição às de tração animal e estabeleceu prêmios para os que obtivessem maior produção. A propaganda deu resultado e numerosos fazendeiros instalaram engenhos, sobretudo no vale do Pindaré, na região onde o clima era mais úmido. Formou-se, assim, uma nova classe de senhores rurais, ricos e perdulários, no dizer de Jerônimo de Viveiros (30) que viviam como potentados, cercados de escravos em suas propriedades, delas só se afastando na estação chuvosa que passavam em São Luís ou em Alcântara. Em 1860, já existiam no Maranhão 410 engenhos, dos quais 284 movidos a vapor.

Um depoimento de 1875 (31) informa que as principais culturas eram o algodão, a mandioca, a cana, o arroz e o milho. O algodão era cultivado sobretudo no vale do Itapicuru e na baixada do litoral Ocidental, mas a sua cultura era feita por processos antiquados e sua produção estacionara de tal forma que nem os elevados preços obtidos durante a Guerra de Secessão provocaram um aumento da produção, ao contrário do que ocorrera em outras áreas do Brasil. Três eram os tipos de algodão cultivados: o arbustivo que produzia durante três anos, dando fibras longas de maior valor; o herbáceo, de ciclo vegetativo curto, mas que produzia duas safras em um ano, fornecendo uma fibra curta e de menor valor comercial e o algoduí, mais ordinário, de fibra feia e de cor amarela, que não concorria no mercado externo, sendo utilizado na confecção de rês e de tecidos de uso doméstico. A industrialização estava bastante atrasada de vez que o descaroçamento era feito principalmente pelo processo de *engenhos de serra* que cortavam e esfarrapavam o algodão na ocasião em que extraíam a semente. A sua grande vantagem era ser uma cultura que requeria pequeno número de braços, sendo em consequência mais barata do que a cana de açúcar.

Esta ocupava já o segundo lugar entre os produtos agrí-

(30) Obra citada, págs. 201 e segs.

(31) Rego, Fabio Hostilio de Moraes — Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Typographia da Reforma. Rio de Janeiro, 1875.

colas da Província e crescera de tal forma que ascendera de 417 arrobas em 1821, para 100.000 em 1858 e 460.000 em 1875. O Maranhão só retirava da cana e exportava o açúcar bruto, mas essa atividade tinha tanta importância e se desenvolveu tanto que no último decênio do século passado lá foi construído o Engenho Central São João — onde hoje existe a cidade de Pindaré-Mirim — que foi um dos mais importantes do país. Para este Engenho Central foi construído um grande galpão com chaminé de 100 pés de altura na margem do rio Pindaré, em trecho navegável, e aí instaladas novas máquinas inglesas. As moendas poderiam esmagar 250 toneladas de cana por dia e a matéria prima era a ela trazida por estrada de ferro com 12 quilômetros de extensão, a qual ligava a atual cidade de Pindaré-Mirim ao bairro de Santa Inês. Foi inaugurada a 16 de agosto de 1885, no mesmo ano em que se instalariam os primeiros engenhos centrais de Pernambuco. Foi efêmera, porém, a vida da nova indústria devido aos grandes débitos assumidos durante a montagem da fábrica, aos desentendimentos havidos com os plantadores de cana em consequência do estabelecimento do preço da matéria prima e ao esgotamento dos solos que forçava os canaviais a se afastarem cada vez mais da estrada de ferro, encarecendo o frete pago pela cana. Em 1891, depois de tornar-se insolvente, a fábrica encerrou o seu funcionamento e suas máquinas foram vendidas. (32)

O arroz, cultivado em 1875 em centros distantes, já não pesava quase na exportação devido o encarecimento provocado pelo transporte. Abastecia o mercado provincial e era a alimentação básica dos escravos, de vez que na opinião dos senhores, ele dispensava a carne da dieta dos negros.

A mandioca era cultivada em toda a Província, mas utilizada apenas nos locais de produção sob a forma de farinha seca, de farinha d'água, de tapioca, de polvilho, prestando-se ainda para a fabricação de uma bebida alcoólica, a *tiquira*, muito popular no vale do Munim.

Passara, assim, aquela fase de opulência dos fins do período colonial. O aprovisionamento em escravos cessara desde

(32) Viveiros, Jeronimo de — Obra citada págs. 517 à 552.

1850, quando o tráfico foi abolido e a decadência da lavoura fez com que muitos fazendeiros vendessem seus negros por alto preço para o Rio de Janeiro e São Paulo onde a lavoura cafeeira estava sempre sequiosa de braços. Caminhava o Maranhão para a decadência, ao mesmo tempo em que o Centro-Sul se desenvolvia, se enriquecia com a cultura do café.

A abolição da escravatura veio criar um forte impacto sobre a economia maranhense, de vez que os proprietários não haviam se preparado para ela. Escrevendo sobre o problema do trabalho livre e do trabalho escravo em 1888, no ano portanto em que a abolição foi feita, o escritor Dunshee de Abanches salientava <sup>(33)</sup> a falta de preparação das classes patronais para a nova forma de relações de trabalho e lastimava não ter ela se preparado para a mesma quando, desde 1850, tudo indicava que a escravidão tendia a ser extinta. Nem a lei do Ventre-livre em 1871, nem a dos Sexagenários em 1884, levaram os proprietários a procurar uma solução fora da escravidão. E eis que vendendo para o Sul os seus escravos, justamente os melhores, aqueles que obteriam maior preço, iam desfalcando a Província de braços e agravando cada vez mais as condições da lavoura.

Quando a Lei Áurea foi promulgada, já a situação da Lavoura era crítica. Os preços do algodão que haviam obtido níveis astronômicos durante a Guerra de Secessão, caíram após a conclusão desta com a reconstituição das plantações do Sul dos Estados Unidos. Esta queda se acentuou na nona década do século XIX, quando o algodão egípcio, de fibra longa, penetrou no mercado europeu, acarretando dificuldades tremendas para os produtores brasileiros e provocando o aparecimento no país de várias fábricas de tecidos. Procurava-se, assim abastecer o mercado interno de tecidos já que o externo refugava e dava baixa cotação ao nosso algodão de inferior qualidade. Nessa ocasião também caía o preço do açúcar e sendo a cana um vegetal de ciclo vegetativo longo — geralmente 18 meses — requeria para a cultura um maior número de braços.

(33) Transformação do Trabalho, págs. 12. Maranhão, 1888.

A baixa dos preços e a abolição, colocaram muitos proprietários, acostumados a um alto padrão de vida e endividados, em situação de desespero. Procuraram se desfazer dos seus engenhos, enquanto os ex-escravos debandavam para as áreas onde havia caça e pesca em abundância ou se fixavam em pontos onde pudessem fazer uma mísera lavoura de subsistência. Grandes áreas, sobretudo na região mais úmida onde a pecuária era contra indicada, entravam em rápido declínio dando margem à agravação da espantosa decadência de certos centros como Alcântara, que expõe de maneira chocante em suas ruínas o testemunho de um passado de esplendor.

O pouco dinheiro obtido com a venda das propriedades era quase sempre empregado pelos vendedores na aquisição de ações de sociedades anônimas que se organizavam em São Luís, visando à fundação de indústrias. Essas, organizadas sem qualquer planejamento nem sempre tiveram vida longa. Muitas faliram antes das fábricas começarem a funcionar, outras funcionaram alguns anos para, endividadas, encerrarem as suas atividades e só algumas delas chegarem aos nossos dias. <sup>(34)</sup>

A decadência do Estado, porém, continuou a acentuar-se a ponto de ser confessada pelos escritores maranhenses da primeira década deste século. Ao comemorar-se o primeiro século da Independência do Brasil, voltavam os maranhenses as suas esperanças para a exportação de um novo produto, o babaçu nativo e abundante no Estado, mas que só a partir de 1916, passou a ter colocação no mercado internacional. O algodão ainda continuava a ser a principal fonte de riqueza do Estado, embora a sua cultura fosse feita por processos primitivos, sob a forma de pequena lavoura — ao contrário do que ocorrera nos tempos aureos da escravidão — e o descaramento estragasse a fibra, provocando a sua desvalorização. <sup>(35)</sup> Apesar disto, grande parte da produção era indus-

(34) Viveiros, Jerônimo de — Obra citada, págs. 553 e segs.

(35) Amaral, José Ribeiro do — Estado do Maranhão, em Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 2 vol. pág. 274. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922.

trializada no Estado, onde existiam 11 fábricas de tecido: 3 em Caxias, 1 em Codó e 7 em São Luís. (36)

A industrialização do Maranhão, porém, não se realizou nos termos dos das regiões mais adiantadas do Brasil. Sua posição geográfica e a dificuldade de transportes consequente da quase ausência de ferrovias e rodovias e da incerta navegabilidade dos seus rios, contribuiu para isso. Além disso, o esgotamento dos seus solos, o atraso de sua agricultura, a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria pouco empreendedora, a má saúde, a falta de iniciativa da população pobre e a abundância de alimentos em seus rios e em suas matas, como que levaram o povo à inércia, à paralização e o Estado à decadência. Decadência aceita e reconhecida, como que consentida por seus habitantes que deviam enfrentá-la e derrotá-la. Em pouco mais de século, um Estado que fôra um dos mais ricos do Brasil e que procurava no Norte competir até com Pernambuco, se viu reduzido a um dos mais pobres e subdesenvolvidos da Federação. Só recentemente, quando o Brasil tomou conhecimento de seu subdesenvolvimento e resolveu reagir, é que o Maranhão, impulsionado pelo todo nacional, parece querer despertar, parece querer compensar as dezenas de anos de atraso em que se encontra distanciado do Centro-Sul do país. E êste caminho êle percorrerá, influenciando e sendo influenciado pelos Estados vizinhos de onde se origina grande parte dos imigrantes que com excedentes demográficos para êle se dirigem.

## MODERNOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS E TRÓPICOS

Mário Lacerda de Melo

### 1. *Geografia, Ciências Sociais e Tropicologia*

Começando com uma referência ao característico dos Modernos Estudos Geográficos de interesse mais direto para abordagens interdisciplinares do tipo das que vêm sendo realizadas neste Seminário, lembramos a ajuda que a Geografia Humana recebe das demais ciências sociais e presta a cada uma delas.

Não é novidade falar do senso de localização e do senso de interrelação como diretrizes centrais da metodologia geográfica. Nenhum estudo de fenômenos do domínio social pode dispensar a visualização locacional que o coloca dentro de determinada posição e ocupando determinada extensão da superfície da terra. Também não pode prescindir da visualização que o situa dentro de determinado contexto, como elemento de um conjunto a ser explicado pelas relações que o vinculam a elementos de essência múltipla, desde os do mundo inerte até as instituições administrativas. Ganha em esclarecimentos, e não pouco, o fato social olhado através dessas duas lentes eficazes da ótica geográfica.

Não se pode considerar simples frase de geógrafo a assertiva de P. George de que "il est nécessaire de répéter inflassablement que l'on ne peut faire de bonne économie, de bonne sociologie, de bonne science politique, et de bonne administration sans une culture géographique. "Mas isso, ao nosso ver, é apenas uma parte da verdade. Seria necessário acrescentar que a recíproca é verdadeira, sendo indispensável, para fazer geografia, uma base cultural nas demais ciências sociais.

São noções bastante conhecidas para que nelas se insista,

(36) Amara, José Ribeiro do — O Estado do Maranhão, págs. 274-5.